

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	18
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	21
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	22
2.5 Medições não contábeis	23
2.6 Eventos subsequentes as DFs	28
2.7 Destinação de resultados	29
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	30
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	31
2.10 Planos de negócios	32
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	34
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	35
5.2 Descrição dos controles internos	40
5.3 Programa de integridade	42
5.4 Alterações significativas	48
5.5 Outras informações relevantes	49

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Introdução

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11, devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de exercício para exercício; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

i. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Acreditamos que a geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de nossas atividades e cobrir a necessidade de recursos para execução do plano de negócios. Abaixo algumas informações financeiras que apresentam, quantitativa e preliminarmente, as afirmações descritas acima:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas

	Em 31 de dezembro de	
(Em milhões de R\$, exceto os índices)	2022	2021
Patrimônio líquido	536,8	541,5
Lucro líquido	(18,7)	68,2
EBITDA ⁽¹⁾	193,9	246,3
Margem EBITDA	8,4%	12,1%
EBITDA Ajustado ⁽²⁾	105,6	182,2
Margem EBITDA Ajustado	4,6%	9,0%
Dívida bruta ⁽³⁾	413,1	267,8
Dívida líquida ⁽⁴⁾	(79,2)	(73,4)
Dívida líquida ajustada ⁽⁵⁾	77,8	72,7
Caixa e equivalentes de caixa	416,8	256,4
Aplicações financeiras	75,5	84,9
Caixa e aplicações financeiras FIDC VerdeCard	157,0	146,1
Dívida líquida ajustada / Patrimônio líquido	0,1	0,1
Dívida líquida ajustada / EBITDA Ajustado UDM	0,7	0,4
Índice de Liquidez Corrente ⁽⁶⁾	1,9	1,6
Índice de Liquidez Seca ⁽⁷⁾	1,5	1,2
Crescimento nas vendas mesmas lojas ⁽⁸⁾	(7,0%)	15,1%

⁽¹⁾ O EBITDA representa uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao lucro operacional antes de depreciação, amortização, receitas/despesas não operacionais e não recorrentes, resultado financeiro e impostos nos últimos 12 (doze) meses. Ou seja, "EBITDA" = "Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido" – "Depreciação e amortização" – "receitas/despesas não operacionais e não recorrentes".

⁽²⁾ O EBITDA Ajustado representa uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao EBITDA deduzido do Impacto do IFRS16/CPC06 (R2) (Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos) adotado em 2019, de modo a permitir a comparabilidade com os períodos anteriores, e acrescido de itens não-recorrentes ou não-operacionais.

⁽³⁾ A Dívida Bruta corresponde à soma dos saldos de Empréstimos e Financiamentos circulante e não circulante.

⁽⁴⁾ A Dívida Líquida é obtida a partir da subtração dos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa e de Aplicações Financeiras da Dívida Bruta.

⁽⁵⁾ A Dívida Líquida Ajustada corresponde à dívida líquida acrescida do caixa e aplicações financeiras do FIDC VerdeCard.

⁽⁶⁾ O Índice de Liquidez Corrente corresponde à divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

⁽⁷⁾ O Índice de Liquidez Seca corresponde à divisão do Ativo Circulante menos o volume de Estoques pelo Passivo Circulante.

⁽⁸⁾ O crescimento de vendas mesmas lojas (SSS) é calculado para as lojas que possuem mais de um ano em operação em comparação com as vendas das mesmas lojas no período anterior equivalente e expresso em porcentagem.

Acreditamos, assim, que os resultados operacionais da Companhia a credenciam para gerar e/ou captar recursos no mercado para o desenvolvimento do seu plano de negócio via crescimento orgânico, além de cumprir suas obrigações de curto e longo prazo. Tal capacidade de geração de caixa alinhada à racionalização de sua estrutura de custos possibilita que a Companhia prossiga com seus investimentos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

mantendo níveis de liquidez satisfatórios, os quais serão apresentados no item 2.1(c) abaixo, e uma saudável posição patrimonial.

ii. Estrutura de Capital

Ressaltamos que possuímos uma estrutura de capital, a qual é medida pela relação entre os passivos e o patrimônio líquido, equilibrada entre capital próprio e de terceiros, sendo condizente com as atividades da Companhia. Cumpre salientar que o capital de terceiros da Companhia é representado por contas a pagar de fornecedores, empréstimos e financiamentos, obrigações com conveniadas, entre outros. A tabela abaixo apresenta os principais componentes de nossa estrutura de capital:

	Em 31 de dezembro de	
(em R\$ milhões, exceto %)	2022	2021
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	2.494,5	2.150,6
Capital próprio (patrimônio líquido)	536,8	541,5
Capital total (terceiros + próprio)	3.031,4	2.692,1
Parcela de capital de terceiros	82,3%	79,9%
Parcela de capital próprio	17,7%	20,1%

iii. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de acessar no mercado recursos provenientes de empréstimos e financiamentos, a Administração acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos, embora a Companhia não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar suas atividades e investimentos, acredita ter capacidade para contratá-los.

Considerando o perfil de endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 64,1 milhões no passivo circulante e R\$ 348,9 milhões no passivo não circulante, bem como sua posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 416,8 milhões e de aplicações financeiras de R\$ 75,5 milhões na mesma data, ou R\$ 332,2 milhões de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 3,1 milhões de aplicações financeiras, sem considerar a consolidação do FIDC VerdeCard, a Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todas suas obrigações financeiras e de continuar operando.

Adicionalmente, acreditamos que a Companhia apresente fluxo de caixa e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas e outras dívidas a serem pagos nos próximos anos, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada.

A seguir é apresentado um demonstrativo da posição da Companhia nas datas indicadas:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício Social findo em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Dívida Bruta ⁽¹⁾	413,1	267,8
Dívida Bruta - circulante (curto prazo)	15,5%	40,9%
Dívida Bruta - não circulante (longo prazo)	84,5%	59,1%
Dívida Líquida ⁽²⁾	(79,2)	(73,4)
Dívida Líquida Ajustada ⁽³⁾	77,8	72,7
EBITDA Ajustado	105,6	182,2
Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado	0,7x	0,4x
Ativo Circulante (a)	2.033,0	1.823,1
Passivo Circulante (b)	1.075,0	1.126,5
Índice de Liquidez Corrente (a)/(b)	1,9	1,6

⁽¹⁾ A Dívida Bruta representa a soma de empréstimos, financiamentos do passivo circulante e não circulante.

⁽²⁾ A Dívida Líquida é obtida a partir da subtração dos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa e de Aplicações Financeiras da Dívida Bruta.

⁽³⁾ A Dívida Líquida Ajustada corresponde à Dívida Líquida acrescida do Caixa e Aplicações Financeiras do FIDC VerdeCard.

iv. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos últimos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos; e (iii) fluxo de caixa dos acionistas. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

v. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data do Formulário de Referência, a Administração não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 2.1(f) do Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

vi. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A Companhia em 31 de dezembro de 2022 possuía contratos financeiros relevantes celebrados com o Banco do Brasil S.A, o Banco Santander (Brasil) S.A., o Banco Bradesco, e três séries de debêntures emitidas. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor total em aberto de empréstimos e financiamentos consolidado era de R\$ 413,1 milhões.

Apresentamos abaixo tabela que resume as principais condições dos contratos de empréstimo e financiamentos celebrados pela Companhia:

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

<u>Em moeda nacional</u>			Controladora e Consolidado	
	Taxa de juros	Vencimento final	31/12/22	31/12/21
Capital de giro	Juros de 2,35% a 2,67% a.a. + CDI	2021 a 2027	91.659	150.470
Capital de giro	Juros de 4,28% a 4,84% a.a. + CDI	2021 a 2024	-	15.439
Debêntures 1ª emissão ⁽¹⁾	Juros de 1,50% a.a. + CDI	2024	68.438	101.641
Debêntures 2ª emissão ⁽²⁾	Juros de 1,75% a.a. + CDI	2029	153.743	-
Debêntures 3ª emissão ⁽³⁾	Juros de 1,95% a.a. + CDI	2027	99.162	-
Consórcio		2024	63	258
Total			413.065	267.808
Circulante			64.121	109.494
Não circulante			348.944	158.314

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Indexador	2022	2021
CDI (12 meses)	12,33%	4,39%

- ⁽¹⁾ Representa o saldo de 1ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações de emissão da Companhia, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional na forma da garantia real. A emissão ocorreu em 16 de dezembro de 2019 sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas e certificados, equivalente a 120.000 (cento e vinte mil) debêntures.
- ⁽²⁾ Representa o saldo de 2ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações de emissão da Companhia, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória. A emissão ocorreu em 10 de janeiro de 2022 sob a forma nominativa e escritural, no valor de R\$150.000, equivalente a 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures.
- ⁽³⁾ Representa o saldo de 3ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações de emissão da Companhia, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória. A emissão ocorreu em 14 de dezembro de 2022 sob a forma nominativa e escritural, no valor de R\$100.000, equivalente a 100.000 (cem mil) debêntures.

(i) Contratos de empréstimo e financiamentos relevantes

Seguem abaixo as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Companhia, em vigor em 31 de dezembro de 2022:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Cédula de Crédito Bancário (Banco do Brasil S.A.) emitida em 26 de junho de 2019 no valor de R\$ 80,0 milhões e com vencimento em 23 de dezembro de 2027 com garantia do tipo real e fidejussória. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 2,35% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor (saldo principal acrescido de juros e reduzido de despesas antecipadas) em aberto dessa cédula era de R\$ 35,7 milhões.

Cédula de Crédito Bancário (Banco do Brasil S.A.) emitida em 26 de junho de 2019 no valor de R\$ 40,0 milhões e com vencimento em 23 de dezembro de 2027 com garantia do tipo real e fidejussória. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 2,35% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor (saldo principal acrescido de juros e reduzido de despesas antecipadas) em aberto dessa cédula era de R\$ 17,9 milhões.

1ª Emissão de Debêntures emitidas por meio de oferta pública com esforços restritos em 16 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 120,0 milhões e com vencimento em 16 de dezembro de 2024 com garantia do tipo quirografária com garantia adicional real e fidejussória. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 1,50% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor (saldo principal acrescido de juros e reduzido de despesas antecipadas) em aberto era de R\$ 68,4 milhões.

Cédula de Crédito Bancário (Banco Bradesco) emitida em 7 de abril de 2020 no valor de R\$ 30 milhões e com vencimento em 20 de março de 2024 com garantia do tipo quirografária. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 2,60% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor (saldo principal acrescido de juros e reduzido de despesas antecipadas) em aberto dessa cédula era de R\$ 22,5 milhões.

Cédula de Crédito Bancário (Banco Santander (Brasil) S.A.) emitida em 6 de abril de 2021 no valor de R\$ 30 milhões e com vencimento em 9 de abril de 2024 com garantia do tipo quirografária. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 2,50% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor (saldo principal acrescido de juros e reduzido de despesas antecipadas) em aberto dessa cédula era de R\$ 15,5 milhões.

2ª Emissão de Debêntures emitidas por meio de oferta pública com esforços restritos em 10 de janeiro de 2022 no valor de R\$ 150,0 milhões e com vencimento em 10 de janeiro de 2029 com garantia do tipo quirografária com garantia adicional fidejussória. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 1,75% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor (saldo principal acrescido de juros e reduzido de despesas antecipadas) em aberto era de R\$ 153,7 milhões.

3ª Emissão de Debêntures emitidas por meio de oferta pública com esforços restritos em 14 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 100,0 milhões e com vencimento em 14 de dezembro de 2027 com garantia do tipo quirografária com garantia adicional fidejussória. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 1,95% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor (saldo principal acrescido de juros e reduzido de despesas antecipadas) em aberto era de R\$ 99,2 milhões.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras. Acreditamos possuir um relacionamento próximo e equilibrado com as principais instituições financeiras

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

no mercado brasileiro, visando pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas adicionais de fortalecimento de capital de giro.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2022 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor. No entanto, algumas dívidas possuem garantias atreladas.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os *covenants* e as demais cláusulas restritivas vinculadas à Companhia estão expostas a seguir:

As cédulas de crédito bancário celebradas junto ao Banco do Brasil em junho de 2019 possuem o *covenant* financeiro observado a seguir:

Covenant Financeiro: Dívida Financeira Líquida/EBITDA igual ou inferior a 2,0 vezes.

Tal *covenant* é calculado anualmente pela Companhia com base nas demonstrações financeiras consolidadas, encerradas ao final de cada exercício. Tais demonstrações financeiras são auditadas por firma de auditoria independente registrada na CVM. Considera-se como:

- EBITDA: o Lucro (Prejuízo) Operacional obtido antes do Resultado Financeiro Líquido somados às Depreciações e Amortizações ocorridas nos últimos 12 meses;
- e Dívida Financeira Líquida: é composta pelos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, subtraídas as disponibilidades de caixa (somatório de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras) e excluídos os passivos referentes FIDC VerdeCard e os passivos decorrentes de contratos de arrendamentos de imóveis;

A tabela a seguir apresenta as medições realizadas de tal *covenant* no último exercício social:

Indicadores nos termos deste contrato	
(em R\$ milhões, exceto x)	Exercício social encerrado em 31/12/2022
Covenant Financeiro: Dívida Financeira Líquida/EBITDA igual ou inferior a 2,0 vezes	(0,4x)
"Dívida Financeira Líquida" ⁽¹⁾	(79,2)
"EBITDA"	193,9

⁽¹⁾ correspondente a "Dívida Líquida" descrita no item 2.5 do Formulário de Referência

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As debêntures emitidas pela Companhia em dezembro de 2019, janeiro de 2022 e dezembro de 2022 possuem o *covenant* financeiro observado a seguir:

Covenant Financeiro: Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0 vezes.

Tal *covenant* é calculado anualmente pela Companhia com base nas demonstrações financeiras consolidadas, encerradas ao final de cada exercício. Tais demonstrações financeiras são auditadas por firma de auditoria independente registrada na CVM. Considera-se como:

- EBITDA: lucro operacional antes de depreciação, amortização, receitas/despesas não operacionais e não recorrentes, resultado financeiro e impostos nos últimos 12 (doze) meses. Ou seja, "EBITDA" = "Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido" – "Depreciação e amortização" – "receitas/despesas não operacionais e não recorrentes".
- Dívida Líquida: Empréstimos e Financiamentos de curto e longo prazos, subtraídas as disponibilidades de caixa (somatório de Caixa e Equivalentes de Caixa, e Aplicações Financeiras); não são considerados os passivos e o caixa referentes ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios VerdeCard e os passivos decorrentes de contratos de arrendamentos de imóveis. Ou seja, "Dívida Líquida" = "Empréstimos e financiamentos" (Circulante) + "Empréstimos e financiamentos" (Não circulante) – "Caixa e equivalentes de caixa" – "Aplicações financeiras" + "Caixa e aplicações financeiras FIDC VerdeCard".

A tabela a seguir apresenta as medições realizadas de tal *covenant* no último exercício social:

Indicadores nos termos deste contrato	
(em R\$ milhões, exceto x)	Exercício social encerrado em 31/12/2022
Covenant Financeiro: Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0 vezes	0,4x
"Dívida Líquida" ⁽¹⁾	72,7
"EBITDA"	193,9

⁽¹⁾ correspondente a "Dívida Líquida Ajustada" descrita no item 2.5 do Formulário de Referência

As cédulas de crédito bancário celebradas junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. em abril de 2021 possuem o *covenant* financeiro observado a seguir:

Covenant Financeiro: Dívida Financeira Líquida/EBITDA igual ou inferior a 2,0 vezes;

Tal *covenant* é calculado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas, encerradas ao final de cada exercício, considera-se como:

- EBITDA: significa o somatório (i) do lucro/prejuízo, com relação ao período acumulado dos 12 (doze) meses anteriores, antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias; (ii) das despesas de depreciação e amortização; (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras considerando variações cambiais líquidas; (iv) das despesas não

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

operacionais e/ou não recorrentes deduzidas das receitas não operacionais e/ou não recorrentes no mesmo período. Ou seja, 'EBITDA' = "Lucro Operacional antes do Resultados Financeiro Líquido" – "Depreciação e Amortização" – "Receitas/Despesas não operacionais e não recorrentes".

- Dívida Financeira Líquida: significa a soma de todos os empréstimos e financiamentos bancários, sejam elas de curto ou longo prazo, e deste montante devem ser deduzidas as disponibilidades de caixa e aplicações financeiras líquidas; não são considerados os passivos e o caixa referentes ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios VerdeCard e os passivos decorrentes de contratos de arrendamentos de imóveis

A tabela a seguir apresenta as medições realizadas de tal *covenant* no último exercício social:

Indicadores nos termos deste contrato	
(em R\$ milhões, exceto x)	Exercício social encerrado em 31/12/2022
Covenant Financeiro: Dívida Líquida/EBITDA seja (a) na medição referente a junho igual ou inferior a 2,5 vezes e (b) na medição referente a dezembro igual ou inferior a 2,0 vezes	0,4x
"Dívida Líquida" ⁽¹⁾	72,7
"EBITDA"	193,9

⁽¹⁾ correspondente a "Dívida Líquida Ajustada" descrita no item 2.5 do Formulário de Referência

Além das restrições descritas acima, os empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia ou suas controladas possuem outras cláusulas restritivas conforme padrão do mercado, tais como cláusulas relacionadas à mudança do controle societário, consideradas usuais para este tipo de operação, além de vencimento antecipado em casos de inadimplemento (*cross default*) e/ou o vencimento antecipado (*cross acceleration*) de qualquer outras obrigações assumidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, 100% do endividamento da Companhia estava sujeito a disposições de *cross default* e *cross acceleration*, conforme apurado em suas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia acompanha o atendimento das cláusulas estabelecidas e entende que atendeu todas as cláusulas restritivas e covenants financeiros mencionados acima para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

vii. Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía limites disponíveis nos financiamentos contratados.

viii. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Para fins de apresentação desta seção todos os números apresentados refletem as demonstrações consolidadas da Companhia, ou seja, todos os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas, e fluxos de caixa da controladora e de suas controladas são apresentadas como se fossem uma única entidade econômica.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

<i>(em R\$ milhões, exceto %)</i>	Em 31 de dezembro de 2022	AV	Em 31 de dezembro de 2021	AV	AH
Receita operacional líquida					
Venda de mercadorias	1.660,5	71,8%	1.482,4	72,9%	12,0%
Serviços prestados	652,2	28,2%	551,2	27,1%	18,3%
Total da receita operacional líquida	2.312,7	100,0%	2.033,6	100,0%	13,7%
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(1.543,5)	(66,7%)	(1.239,7)	(61,0%)	24,5%
Lucro bruto	769,1	33,3%	793,9	39,0%	(3,1%)
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	(474,7)	(20,5%)	(429,2)	(21,1%)	10,6%
Administrativas e gerais	(213,5)	(9,2%)	(188,4)	(9,3%)	13,3%
Outras despesas operacionais, líquidas	6,7	0,3%	(12,4)	(0,6%)	(153,5%)
Total das receitas (despesas) operacionais	(681,6)	(29,5%)	(630,0)	(31,0%)	8,2%
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido	87,6	3,8%	163,9	8,1%	(46,6%)
Resultado Financeiro Líquido					
Despesas financeiras	(163,1)	(7,1%)	(115,0)	(5,7%)	41,8%
Receitas financeiras	50,8	2,2%	43,3	2,1%	17,4%
Total do Resultado Financeiro Líquido	(112,3)	(4,9%)	(71,7)	(3,5%)	56,6%
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda, e da contribuição social	(24,7)	(1,1%)	92,2	4,5%	(126,8%)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(8,5)	(0,4%)	(16,9)	(0,8%)	(49,8%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14,5	0,6%	(7,1)	(0,3%)	(304,8%)
Total do imposto de renda e contribuição social	6,0	0,3%	(24,0)	(1,2%)	(125,1%)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(18,7)	(0,8%)	68,2	3,4%	(127,4%)

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 2.312,7 milhões comparativamente a de R\$ 2.033,6 milhões auferida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o que representou uma variação de R\$ 279,1 milhões ou 13,7%. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores indicados abaixo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Venda de mercadorias. A receita líquida de venda de mercadorias no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.660,5 milhões em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$ 1.482,4 milhões, o que representou uma variação de R\$ 178,1 milhões ou 12,0%. Este aumento é atribuído ao efeito da redução dos Impostos sobre as Vendas de Mercadorias no montante de R\$ 144,9 milhões decorrentes da adoção do regime optativo de tributação (ROT) para o regime de substituição tributária do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS-ST) no estado do Rio Grande do Sul a partir de 1º de janeiro de 2022.

Devido às mudanças contábeis advindas destas novas regras fiscais, em nossa visão, a melhor comparação de receita seja através da Receita Bruta Líquida de Devoluções e Abatimentos (RBLD). A RBLD de Varejo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.960,6 milhões em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$ 1.947,7 milhões, o que representou uma variação de R\$ 12,9 milhões ou 0,7%. O aumento decorrente da expansão com o amadurecimento das lojas abertas nos últimos 12 meses (13,3% de crescimento da base de lojas em relação ao final de 2021) foi compensado pela queda das vendas de mesmas lojas (SSS) de 7,0%.

Serviços prestados. A receita líquida de prestação de serviços no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 652,2 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$ 551,2 milhões, o que representou uma variação de R\$ 101,0 milhões ou 18,3%. Este aumento é atribuído substancialmente a um crescimento de 19,0% na Receita Bruta Líquida de Devoluções (RBLD) da atividade de Serviços Financeiros e de 4,7% da atividade de Cartão de Crédito. A RBLD de Serviços Financeiros totalizou R\$ 596,5 milhões em 2022, com crescimento de 19,0% ou R\$ 95,2 milhões em relação ao ano anterior. A carteira líquida com juros (originada pelos cartões VerdeCard) ao final do período foi de R\$ 732,9 milhões, frente a R\$ 633,2 milhões ao final de 2021, representando um crescimento de 15,8% devido a maior. Este aumento da RBLD de Serviços Financeiros acima do crescimento da RBLD de Varejo é atribuído substancialmente ao (i) aumento gradual da participação do cartão VerdeCard nas compras dentro das nossas lojas, embora ainda abaixo dos níveis de 2019, e (ii) repasse do aumento das taxas de juros que compensou em parte o maior custo de capital da operação financeira.

Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ (1.543,5) milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$ (1.239,7) milhões, o que representou uma variação de R\$ (303,9) milhões ou 24,5%. Este aumento é atribuído a um aumento de 17,6% no custo das mercadorias vendidas, devido a (i) um aumento de 12,0% na receita líquida de venda de mercadorias e (ii) um cenário de varejo mais promocional, visto o cenário macroeconômico, com a inflação persistentemente em patamares altos, e a subsequente alta dos juros, que impactaram o poder de compra dos consumidores; e a um aumento de 58,0% no custo dos serviços prestados, reflexo (i) dos índices de inadimplência mais altos; e (ii) do aumento do custo de captação da carteira de crédito, consequência da taxa básica de juros (Selic) mais elevada em comparação ao ano anterior.

Lucro bruto

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 769,1 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$ 793,9 milhões, o que representou uma variação de R\$ (24,8) milhões ou (3,1%). Esta redução é atribuída aos fatores mencionados acima.

Receitas (despesas) operacionais

Despesas com vendas

Despesas com vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ (474,7) milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$ (429,2) milhões, o que representou uma variação de R\$ (45,5) milhões ou 10,6%. Este aumento é atribuído ao aumento da base de lojas da Companhia (13,3% de crescimento frente ao ano anterior), parcialmente compensados pelo (i) caráter variável de parte das despesas dentro do modelo operacional, pelas (ii) iniciativas de renegociação de preços com fornecedores a fim de evitar o repasse integral da inflação nos reajustes contratuais e pela (iii) otimização de gastos.

Despesas administrativas e gerais

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ (213,5) milhões, ou R\$ (25,1) milhões acima do valor do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$ (188,4) milhões ou 13,3%. Este aumento é atribuído (i) aos repasses da inflação nos salários dos colaboradores e nos reajustes contratuais; e (ii) nos investimentos nos projetos Figital e na malha logística que somados incrementaram R\$ (10,2) milhões frente ao ano anterior.

Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas

Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 6,7 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foram de R\$ (12,4) milhões, o que representou uma redução de R\$ 19,1 milhões ou 153,5%. Esta inversão para um saldo positivo deve-se (i) ao reconhecimento de R\$7,1 milhões referentes a incentivos por conta de contrato firmado com parceiro comercial e (ii) ao reconhecimento de créditos fiscais durante o ano.

Total das receitas (despesas) operacionais

O total das receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ (681,6) milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$ (630,0) milhões, o que representou uma variação de R\$ (51,6) milhões ou 8,2%. Este aumento é atribuído substancialmente à soma das variações das despesas com Vendas, Administrativas e gerais, e outras despesas operacionais líquidas, conforme mencionado acima.

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido

O lucro operacional antes do resultado financeiro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 87,6 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

que foi de R\$ 163,9 milhões, o que representou uma variação de R\$ (76,4) milhões ou (46,6%). Esta redução é atribuída aos fatores mencionados acima.

Resultado Financeiro Líquido

Resultado financeiro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ (112,3) milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$ (71,7) milhões, o que representou uma variação de R\$ (40,6) milhões ou 56,6%. Este aumento é atribuído substancialmente ao (i) aumento das despesas com juros de empréstimos dado a maior taxa básica de juros, (ii) maior taxa de desconto utilizada no ajuste a valor presente das contas do balanço dada a recente inclinação das taxas de juros de longo prazo no Brasil e (iii) o aumento dos juros sobre o passivo de arrendamento em decorrência da aceleração da abertura de lojas.

Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social

O prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ (24,7) milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em que o lucro antes do imposto de renda e contribuição social foi de R\$ 92,2 milhões, o que representou uma redução de R\$ (117,0) milhões ou (126,8%). Essa redução se deve aos fatores descritos acima.

Total do imposto de renda e contribuição social

Total do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 6,0 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$ (24,0) milhões, o que representou uma redução de R\$ 30,0 milhões ou 125,1%. Esta redução provém da redução do lucro antes de imposto de renda e contribuição social.

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

O prejuízo líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ (18,7) milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$ 68,2 milhões, o que representou uma variação de R\$ (86,9) milhões ou (127,4%). Esta diminuição é atribuída aos fatores mencionados acima.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

<i>(em R\$ milhões, exceto %)</i>	Em 31 de dezembro de 2022	AV	Em 31 de dezembro de 2021	AV	AH
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	416,8	13,7%	256,4	9,5%	62,6%
Aplicações financeiras	75,5	2,5%	84,9	3,2%	(11,0%)
Contas a receber de clientes	911,7	30,1%	833,1	30,9%	9,4%
Estoques	470,8	15,5%	458,0	17,0%	2,8%
Impostos a recuperar	115,8	3,8%	143,5	5,3%	(19,3%)
Despesas antecipadas	5,5	0,2%	3,4	0,1%	58,3%
Outros créditos	36,9	1,2%	43,7	1,6%	(15,5%)
Total ativo circulante	2.033,0	67,1%	1.823,1	67,7%	11,5%
Não circulante					
Contas a receber de clientes	75,2	2,5%	34,7	1,3%	116,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	148,0	4,9%	133,5	5,0%	10,9%
Impostos a Recuperar	20,2	0,7%	49,4	1,8%	(59,2%)
Depósitos judiciais	18,0	0,6%	13,9	0,5%	29,7%
Despesas Antecipadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	(75,0%)
Outros créditos	0,2	0,0%	0,5	0,0%	(67,8%)
Imobilizado	679,4	22,4%	587,6	21,8%	15,6%
Intangível	57,5	1,9%	49,4	1,8%	16,2%
Total do Ativo não circulante	998,4	32,9%	869,0	32,3%	14,9%
Total do Ativo	3.031,4	100,0%	2.692,1	100,0%	12,6%
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	371,1	12,2%	434,5	16,1%	(14,6%)
Fornecedores - convênio	24,6	0,8%	41,3	1,5%	(40,4%)
Empréstimos e financiamentos	64,1	2,1%	109,5	4,1%	(41,4%)
Quotas seniores FIDC VerdeCard	181,8	6,0%	132,1	4,9%	37,6%
Passivos de Arrendamento - CP	67,3	2,2%	58,0	2,2%	16,0%
Obrigações com conveniadas	184,0	6,1%	147,7	5,5%	24,6%
Impostos e contribuições a recolher	19,2	0,6%	20,2	0,7%	(4,8%)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Salários e férias a pagar	69,5	2,3%	75,5	2,8%	(8,0%)
Receita diferida	0,3	0,0%	0,0	0,0%	317,9%
Dividendos a pagar	0,0	0,0%	15,1	0,6%	(100,0%)
Obrigações por repasse	22,5	0,7%	16,5	0,6%	36,2%
Outras obrigações	70,5	2,3%	76,1	2,8%	(7,4%)
Total do passivo circulante	1.075,0	35,5%	1.126,6	41,8%	(4,6%)
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	348,9	11,5%	158,3	5,9%	120,4%
Quotas seniores FIDC VerdeCard	494,9	16,3%	378,3	14,1%	30,8%
Contas a pagar por aquisição de investimento	14,5	0,5%	18,5	0,7%	(21,5%)
Receita diferida	17,9	0,6%	0,2	0,0%	11.304,5%
Passivos de Arrendamento - LP	466,1	15,4%	395,5	14,7%	17,8%
Outras Obrigações	52,2	1,7%	48,2	1,8%	8,3%
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	25,1	0,8%	25,1	0,9%	0,3%
Total do passivo não circulante	1.419,6	46,8%	1.024,0	38,0%	38,6%
Patrimônio Líquido					
Capital social	450,6	14,9%	450,6	16,7%	0,0%
Reserva de Capital	4,6	0,2%	(15,5)	(0,6%)	(129,6%)
Reserva Legal	7,2	0,2%	7,2	0,3%	0,0%
Reserva de Incentivos Fiscais	11,2	0,4%	11,2	0,4%	0,0%
Reserva de Lucros	63,2	2,1%	88,0	3,3%	(28,2%)
Total do patrimônio líquido	536,8	17,7%	541,5	20,1%	(0,9%)
Total passivo e patrimônio líquido	3.031,4	100,0%	2.692,1	100,0%	12,6%

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante era de R\$ 2.033,0 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de com R\$ 1.823,1 milhões. Este aumento de R\$209,9 milhões, ou 11,5% é atribuído substancialmente a 3 fatores: (i) aumento de R\$160,4 milhões em Caixa e equivalente de caixa dado a 2ª e 3ª emissão de debêntures durante o ano totalizando R\$ 250,0 milhões; (ii) aumento de R\$ 78,6 milhões em Contas a receber de clientes devido principalmente a maior utilização do cartão VerdeCard pelos clientes; e compensados parcialmente pela (iii) redução de R\$ (27,8) milhões na conta de Impostos a recuperar dado a compensação de créditos fiscais durante o ano de 2022.

Ativo não circulante

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo não circulante era de R\$ 998,4 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$ 869,0 milhões. Este aumento de R\$ 129,4 milhões, ou 14,9% é atribuído substancialmente a (i) um aumento do Imobilizado em R\$ 91,8 milhões, dos quais R\$64,0 milhões são referentes a direito de uso (arrendamento) que correspondem à locação de imóveis das novas lojas e R\$ 27,8 milhões referente a aquisição de equipamentos, mobiliários e benfeitorias em imóveis de terceiros; e (ii) o aumento de R\$ 40,5 milhões em Contas a receber de clientes devido principalmente à estratégia da companhia de oferecer planos de pagamento mais longos aos seus clientes para fomentar as vendas do varejo.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo circulante era de R\$ 1.075,0 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$ 1.126,6 milhões. Esta redução de R\$ (51,6) milhões, ou (4,6)% é atribuído substancialmente: (i) a redução de R\$ (80,1) milhões nas contas de Fornecedores e Fornecedores Convênio devido ao menor volume de compras de mercadorias dado o menor volume de vendas do final de ano; (ii) a redução de R\$ (45,4) milhões de empréstimos de curto prazo devido ao alongamento do perfil da dívida; compensados parcialmente (iii) pelo aumento de R\$ 49,7 milhões na posição de curto prazo das Quotas seniores do FIDC VerdeCard, devido a nova emissão de cotas seniores no montante de R\$ 300,0 milhões, e pelo (iv) aumento de R\$36,3 milhões na conta de Obrigações com Conveniadas referente ao aumento da utilização do Cartão VerdeCard nos estabelecimentos conveniados.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo não circulante era de R\$ 1.419,6 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$ 1.024,0 milhões. Este aumento de R\$395,6 milhões, ou 38,6% é atribuída substancialmente a três fatores: (i) aumento de R\$ 190,6 milhões em Empréstimos e Financiamentos devido à 2ª e à 3ª emissão de debêntures realizadas em 2022 totalizando R\$ 250,0 milhões, com intuito de alongar o perfil da dívida e suprir as amortizações existentes programadas de 2022 e 2023; (ii) aumento de R\$116,5 milhões referente às Quotas seniores do FIDC VerdeCard, devido a nova emissão de cotas seniores no montante de R\$ 300,0 milhões; e (iii) aumento de R\$ 70,6 milhões no Passivo de Arrendamento, devido aos novos contratos e renovações de contratos de locação de imóveis das lojas..

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido era de R\$ 536,8 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$ 541,5 milhões. Esta redução de R\$ (4,7) milhões, ou (0,9)% é atribuído substancialmente a (i) absorção do prejuízo líquido do exercício no total de R\$ (18,8) milhões; (ii) aprovação de pagamento de R\$ (6,1) milhões de dividendos adicionais em 2022; compensados parcialmente pelo reconhecimento de (iii) 9,4 milhões referentes à provisão para o Plano de Opção de Compra de Ações e pelo (iv) registro do efeito fiscal sobre os gastos da oferta pública de ações realizada em 2020 no montante de R\$ 10,8 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

FLUXO DE CAIXA

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	AH
Fluxo de caixa			
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	236,3	139,9	69,0%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(55,6)	(131,1)	(57,6%)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	(20,3)	(227,8)	(91,1%)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	160,4	(219,1)	(173,2%)

Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 236,3 milhões, em comparação ao caixa líquido gerado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$ 139,9 milhões. Este aumento de R\$ 96,5 milhões é atribuído substancialmente pelos R\$ 87,4 milhões de menor variação de contas a receber de clientes dado a desaceleração do crescimento das carteiras. Em 2022 foram realizados ajustes dos níveis de estoques para adequar a operação ao menor nível de vendas por loja, permitindo manter o capital de giro controlado mesmo expandindo em 13% a base de lojas.

Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ (55,6) milhões, em comparação ao caixa líquido utilizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$ (131,1) milhões. Esta redução de R\$ 75,6 milhões no caixa utilizado é atribuída substancialmente pela (i) redução das aplicações financeiras, uma vez que em 2021 haviam sido aplicados R\$ 53,4 milhões e em 2022 foram resgatados R\$ 9,4 milhões; e (ii) a redução no montante de aquisições de imobilizados no total de R\$ 14,2 milhões.

Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ (20,3) milhões, em comparação ao caixa líquido gerado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$ (227,8) milhões. Esta variação de R\$ 207,5 milhões no caixa utilizado é atribuída substancialmente as emissões da 2ª e 3ª debênture da Companhia no montante de R\$ 220,0 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

A Companhia possui apenas um segmento operacional.

A receita operacional líquida da Companhia foi de R\$ 2.312,7 milhões e R\$ 2.033,6 milhões, respectivamente, nos exercícios sociais encerrados em 2022 e 2021.

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As operações da Companhia estão organizadas em três grandes atividades de negócios: (i) Varejo, (ii) Serviços Financeiros e (iii) Cartão de Crédito.

- **Varejo:** a Lojas Quero-Quero é uma varejista de material de construção, sendo essa a principal fonte de receita da Companhia. O negócio de Varejo é complementado com a revenda de mercadorias da categoria de eletrodomésticos e móveis, além da prestação de serviços, como fretes e habilitação de celulares.
- **Serviços Financeiros:** por meio da parceria com seguradoras, a Companhia oferece aos seus clientes o serviço de intermediação na venda de seguros, como Garantia Estendida, Seguro Residencial, Seguro Internação Hospitalar, entre outros. A Companhia atua como intermediadora, não retendo os riscos atrelados nos sinistros ocorridos e não é a responsável primária no atendimento às obrigações das apólices vendidas. Através de parceria com instituições financeiras, a Companhia também oferece aos seus clientes produtos financeiros como Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Empréstimo Pessoal, Crédito Rotativo, Parcelamento de Fatura, entre outros. A Companhia atua tanto como correspondente das instituições financeiras parceiras, com as quais mantém um acordo de repartição de resultados ("*Profit-Sharing*"), quanto através do FIDC VerdeCard.
- **Cartão de Crédito:** a Companhia, por meio de sua Controlada Verde, oferece aos seus clientes um cartão de crédito próprio, de bandeira VerdeCard, com o qual é possível realizar compras nas Lojas Quero-Quero e em mais de 250 mil estabelecimentos credenciados pela própria Verde ou por integrantes de rede de parceiro comercial, como a Banrisul Vero, a Cielo e a Stone. As principais receitas proporcionadas pelo negócio de Cartão de Crédito são tarifa de anuidade do cartão e taxa de administração (*Merchant Discount Rate*, ou "MDR"), tanto como credenciador quanto como instituidor de arranjo de pagamento.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

Além dos fatores mencionados no item 2.1(h) do Formulário de Referência, nossas operações são afetadas por condições macroeconômicas, em que os principais fatores são (i) poder de compra do consumidor, (ii) taxa de desemprego, (iii) crescimento do PIB, (iv) disponibilidade de crédito, (v) taxa de inflação, (vi) taxa de juros, (vii) taxa de câmbio e (viii) grau de confiança do consumidor.

Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio, do IBGE, a receita do varejo de material de construção no estado do Rio Grande do Sul cresceu 27% em 2021 e 2% em 2022, enquanto a venda de Material de Construção da Companhia cresceu 37% em 2021 e apresentou uma queda de 2% em 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Mesmo em um cenário macroeconômico bastante desafiador, a Companhia conseguiu crescer acima do mercado de material de construção na soma dos 3 exercícios aqui analisados, consolidando sua posição no mercado através do ganho de *market share*, de acordo com os dados do IBGE conforme citado no parágrafo anterior. Esse crescimento, mesmo em um cenário de recessão no Brasil, nos dá mais confiança em nossa capacidade de crescer e continuar ampliando nossa participação de mercado, organicamente, além de melhorar nossa eficiência operacional, como temos feito nos últimos anos.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita de venda de mercadorias da Companhia não está diretamente relacionada, ou indexada, a taxas de câmbio, taxas de inflação e taxas de juros, sendo as variações desta receita resultantes de (i) variações de preços dos produtos e (ii) variações das quantidades de mercadorias vendidas:

- i. As variações de preços, embora sejam realizadas de forma discricionária pela Companhia, foram motivadas, nos últimos anos, pela necessidade de compensar efeitos de (a) alterações na legislação tributária e (b) variações nos custos das mercadorias. Tais variações nos custos das mercadorias estiveram direta ou indiretamente relacionadas a fatores como: (i) variações nas taxas de câmbio (a Companhia importa uma quantidade muito pequena de produtos relativamente às compras de produtos nacionais, sendo este fator principalmente relacionado a custos de fornecedores que importam componentes para a fabricação de seus produtos), (ii) variação nas taxas de inflação, ou (iii) variações nas taxas de juros, que afetam o resultado de nossos fornecedores. Historicamente, a Companhia tem sido capaz de repassar tais impactos aos seus clientes. A variação de preços não tem sido um componente relevante na variação da receita.
- ii. Em relação a variações nas quantidades de mercadorias vendidas, os principais fatores que têm contribuído para estas variações são (a) a abertura de novas lojas, que permite atender a uma população até então não atendida pela Companhia, o que incrementa a quantidade de produtos vendidos e (b) a aquisição de novos clientes nas lojas existentes. Nos últimos anos, as variações nas quantidades de mercadorias vendidas foram o principal fator de variação na receita de venda de mercadorias, principalmente devido à expansão no número de lojas da Companhia e à expansão na base de clientes do cartão VerdeCard.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Variação da taxa de juros: a elevação da taxa de juros ocorrida nos últimos anos impactou negativamente o resultado operacional e o resultado financeiro líquido da Companhia, (i) aumentando o custo de captação de recursos na parceria com instituições financeiras e no FIDC Verdecard, que financiam a operação de crédito com juros do cartão VerdeCard e (ii) aumentando o custo da dívida da Companhia, atrelado ao CDI.

Impacto da inflação: variações nas taxas de inflação impactaram diretamente nosso resultado operacional principalmente (i) nas despesas de aluguel de imóveis, cujos contratos, em sua maioria, são corrigidos periodicamente por índices atrelados à inflação, (ii) no custo de captação de recursos do FIDC Verdecard,

2.2 Resultados operacional e financeiro

que possui uma série (Série 3) com remuneração atrelada ao índice de inflação IPCA e (iii) nos preços dos produtos adquiridos para a revenda e consumo.

Taxa de câmbio: o volume de produtos importados pela Companhia nos últimos anos, quando comparado com as mercadorias adquiridas no mercado nacional, não é relevante, representando menos de 1% das compras. Portanto variações na taxa de câmbio não impactaram diretamente o resultado operacional e o resultado financeiro da Companhia. Tais variações, no entanto, afetaram os custos de alguns de nossos fornecedores. Variações por eles repassadas para a Companhia foram repassadas para o preço do consumidor final.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações apresentadas nos itens 2.1 e 2.2 do Formulário de Referência. Abaixo, a Companhia apresenta alterações nas normas contábeis que podem impactar seus resultados futuros.

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não-circulante

O IAS 1 sofreu alterações e deverá vigorar para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. Ele esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante.

Alteração da norma IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro -Definição de Estimativas Contábeis.

O IAS 8 sofreu alterações e deverá vigorar para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. Ele esclarece que uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não aplicável, tendo em vista que não houve ressalvas e ênfases no parecer do auditor independente nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, visto que não houve no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, visto que não houve no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não aplicável, visto que não houve no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, evento ou operações não usuais.

.

2.5 Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

(Em milhões de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
EBITDA	193,9	246,3
Margem EBITDA	8,4%	12,1%
EBITDA Ajustado	105,6	182,2
Margem EBITDA Ajustado	4,6%	9,0%
Dívida Bruta	413,1	267,8
Dívida Líquida	(79,2)	(73,4)
Dívida Líquida Ajustada	77,8	72,7
ROIC	8,0%	17,2%
ROIC Ajustado	8,9%	18,4%

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, a Dívida Bruta, a Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada, o ROIC e o ROIC Ajustado não são medidas de desempenho financeiro reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), não sendo auditadas ou revisadas pelos auditores independentes da Companhia, e não devem ser considerados como alternativas ao lucro líquido ou como medidas de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez, dentre outros.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, a Dívida Bruta, a Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada, o ROIC e o ROIC Ajustado não possuem uma definição padrão, e as definições aqui utilizadas podem não ser comparáveis com títulos semelhantes utilizados por outras empresas.

(a.1) EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações, na tradução ao português) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"). O EBITDA consiste no *Lucro (Prejuízo) líquido do exercício* adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("IRPJ/CSSL corrente e diferido"), pelo Resultado Financeiro Líquido e pelas despesas com *Depreciação e Amortização*. A Margem EBITDA, por sua vez, é calculada pela divisão do EBITDA pela Receita Operacional Líquida.

O EBITDA Ajustado representa uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao EBITDA deduzido do Impacto da adoção do *IFRS16/CPC06* (R2) (Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos) adotado em 2019, de modo a permitir a comparabilidade com os períodos anteriores, e acrescido de itens não-recorrentes ou não-operacionais, neste caso, o Plano de Opção de Compra de Ações (SOP), que, na visão da administração da Companhia, não fazem parte das operações normais.

2.5 Medições não contábeis

O *Plano de Opção de Compra de Ações (SOP)* se refere à despesa decorrente da implementação do plano que concede aos gestores principais a possibilidade de adquirir ações da Companhia na forma de um programa de opção de compra de ações. O “Plano 2020” estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do art. 168, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. O plano foi classificado como uma transação com pagamento baseado em ações liquidadas com instrumentos patrimoniais e o valor justo dos serviços recebidos foi mensurado de forma indireta com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados. O impacto reconhecido é uma despesa no resultado do exercício com contrapartida no patrimônio líquido.

O *Impacto da adoção do IFRS16/CPC06 (R2)* se refere ao pagamento de passivos de arrendamento, que, a partir da adoção do IFRS16/CPC06 (R2) (Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos), deixaram de ser contabilizados na forma de despesa de aluguel, aumentando de forma significativa a medição de EBITDA. A norma IFRS16/CPC06(R2) aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, alterou o modelo de contabilização de arrendamentos ao exigir dos arrendatários o reconhecimento dos passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva modificada. Deste modo, a Companhia optou por não realizar a reapresentação dos exercícios anteriores, mas ajustou o saldo de abertura do patrimônio líquido (prejuízos acumulados) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso difere do montante reconhecido como passivo de arrendamentos a pagar (a valor presente). Para fins de comparabilidade com períodos anteriores excluímos os efeitos da adoção do IFRS16/CPC06 (R2) no ano de 2019 e no primeiro trimestre de 2020.

A Margem EBITDA, por sua vez, é calculada pela divisão do EBITDA pela Receita Operacional Líquida. Enquanto a Margem EBITDA Ajustado, por sua vez, é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela Receita Operacional Líquida.

(a.2) Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada

A Dívida Bruta corresponde à soma dos saldos de Empréstimos e Financiamentos circulante e não circulante. A Dívida Líquida é obtida a partir da subtração dos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa e de Aplicações Financeiras da Dívida Bruta. A Dívida Líquida Ajustada corresponde à dívida líquida acrescida do caixa e aplicações financeiras do FIDC VerdeCard.

(a.3) ROIC e ROIC Ajustado

O ROIC (*Return on Invested Capital* ou Retorno sobre o Capital Investido) e o ROIC Ajustado são medidas não contábeis divulgadas pela Companhia. O ROIC é uma divisão do Lucro Operacional Antes de Impostos (*Net Operating Profit After Taxes, “NOPAT”*) pela média do Capital Investido dos últimos quatro trimestres (*Capital Investido – média dos últimos quatro trimestres*). O NOPAT é o lucro antes de juros e imposto de renda (LAJIR ou EBIT) dos últimos doze meses, líquido de efeito de IRPJ/CSLL calculado pela alíquota combinada de 34%. O *Capital Investido – média dos últimos quatro trimestres* é a soma da média da Dívida Líquida Ajustada dos últimos quatro trimestres e da média do Patrimônio Líquido dos últimos quatro trimestres. O ROIC Ajustado é uma divisão do NOPAT Ajustado dividido pelo Capital Investido – média dos últimos quatro trimestres. O NOPAT Ajustado é o NOPAT acrescido de itens não-recorrentes ou não-

2.5 Medições não contábeis

operacionais, conforme descrito acima, que na visão da administração da Companhia não fazem parte das operações normais.

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

As tabelas abaixo apresentam a conciliação das medições não contábeis apresentadas acima, no item (a), com as respectivas linhas contábeis que as compõem:

(b.1) EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

(Em milhões de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(18,7)	68,2
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	(6,0)	24,0
(+) Resultado Financeiro, Líquido	112,3	71,7
(+) Depreciação e Amortização	106,3	82,3
EBITDA	193,9	246,3
(+) Plano de Opção de Compra de Ações (SOP)	9,4	11,0
(+) Itens não-recorrentes	-	-
(+) Impacto da adoção do IFRS16/CPC06 (R2)	(97,6)	(75,2)
EBITDA Ajustado	105,6	182,2
Receita operacional líquida	2.312,7	2.033,6
Margem EBITDA	8,4%	12,1%
Margem EBITDA Ajustado	4,6%	9,0%

(b.2) Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada

(Em milhões de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
(+) Empréstimos e financiamentos (circulante)	64,1	109,5
(+) Empréstimos e financiamentos (não circulante)	348,9	158,3
Dívida Bruta	413,1	267,8
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(416,8)	(256,4)
(-) Aplicações Financeiras	(75,5)	(84,9)
Dívida Líquida	(79,2)	(73,4)
(+) Caixa e equivalentes de caixa (FIDC VerdeCard)	84,5	67,1
(+) Aplicações financeiras (FIDC VerdeCard)	72,4	79,0
Dívida Líquida Ajustada	77,8	72,7

2.5 Medições não contábeis

(b.3) ROIC e ROIC ajustado

(Em milhões de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
<u>NOPAT:</u>		
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido	87,6	163,9
(+/-) Efeito de IRPJ/CSLL ⁽¹⁾	(29,8)	(55,7)
Alíquota de IR/CSLL	34,0%	34,0%
NOPAT	57,8	108,2
<u>Capital Investido:</u>		
(+) Patrimônio Líquido - média dos últimos quatro trimestres ⁽²⁾	529,2	519,6
(+) Dívida Líquida Ajustada - média dos últimos quatro trimestres ⁽²⁾	192,9	108,5
Capital Investido – média dos últimos quatro trimestres⁽²⁾	722,1	628,1
ROIC (NOPAT ÷ Capital Investido)	8,0%	17,2%

(Em milhões de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
<u>NOPAT Ajustado:</u>		
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido	87,6	163,9
(+) Plano de Opção de Compra de Ações (SOP)	9,4	11,0
(+) Itens não recorrentes	0,0	0,0
(+/-) Efeito de IRPJ/CSLL ⁽¹⁾	(33,0)	(59,5)
Alíquota de IR/CSLL	34,0%	34,0%
NOPAT Ajustado	64,0	115,5
<u>Capital Investido:</u>		
(+) Patrimônio Líquido - média dos últimos quatro trimestres ⁽²⁾	529,2	519,6
(+) Dívida Líquida Ajustada – média dos últimos quatro trimestres ⁽²⁾	192,9	108,5
Capital Investido – média dos últimos quatro trimestres⁽²⁾	722,1	628,1
ROIC Ajustado (NOPAT Ajustado ÷ Capital Investido)	8,9%	18,4%

⁽¹⁾ Efeito calculado pela alíquota vigente de imposto de renda e contribuição social (correspondente a 34%).

⁽²⁾ A média dos últimos quatro trimestres é obtida através da média dos valores apresentados no balanço patrimonial de cada um dos quatro trimestres anteriores ao período analisado. A média dos últimos quatro trimestres é utilizada com o intuito de obter uma aproximação da média mensal durante os períodos analisados (dados trimestrais).

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

(c.1) EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

Em razão do cálculo do EBITDA não considerar o imposto de renda e a contribuição social, as receitas (despesas) financeiras, a depreciação e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador de desempenho econômico geral, sendo uma medida gerencial que permite a comparação da Companhia com outras empresas do setor.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de desempenho financeiro reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), e não devem ser considerados como substituto para o lucro líquido e não poderá ser considerado

2.5 Medições não contábeis

para o cálculo de distribuição de dividendos. Ademais, uma vez que o EBITDA e a Margem EBITDA não consideram certos custos intrínsecos aos nossos negócios, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os nossos lucros, tais como resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, depreciação e amortização, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA e a Margem EBITDA apresentam limitações que afetam o seu uso como indicadores da nossa rentabilidade.

O EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado, por sua vez, funcionam como indicadores não contábeis para medir o desempenho operacional, pois facilita a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar seus resultados, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e outros impactos. A Companhia entende que o EBITDA Ajustado e a margem EBITDA Ajustado são apropriados para a compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, já que funcionam como ferramentas comparativas para mensurar, periodicamente, o seu desempenho operacional e para embasar decisões de natureza administrativa. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA Ajustado oferece aos investidores uma compreensão adicional de sua estrutura financeira em termos de performance.

(c.2) Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada

Tendo em vista que a Dívida Bruta consiste na consolidação dos Empréstimos e Financiamentos circulantes e não circulantes, o referido indicador permite a avaliação do endividamento financeiro total da Companhia. A Dívida Líquida, por sua vez, é um indicador de desempenho econômico que permite a avaliação de *Covenants* Financeiros dos endividamentos financeiros, e é calculada pela subtração do saldo do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulantes e não circulantes) da dívida bruta. Por fim, ajustando o efeito da consolidação do FIDC VerdeCard na Dívida Líquida da Companhia (efeito este que, apesar de integrar a dívida líquida, não é um componente que reflete, no entendimento da Administração, a alavancagem da Companhia pois o caixa e equivalentes de caixa do FIDC VerdeCard não estão disponíveis para a utilização da Companhia), a Companhia utiliza a Dívida Líquida Ajustada como o indicador de desempenho de alavancagem.

(c.3) ROIC e ROIC Ajustado

O ROIC e o ROIC ajustado funcionam como indicadores da eficiência da Companhia em usar capital e gerar lucro operacional. A Companhia entende que o ROIC e o ROIC Ajustado são indicadores importantes para a compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações porque representam a geração de lucro operacional a partir do capital investido, sendo utilizados internamente como medidas para avaliar a produtividade, a eficiência e o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o ROIC e o ROIC Ajustado oferecem aos investidores uma melhor compreensão da sua eficiência em alocar capital e gerar resultado.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 emitidas em 8 de março de 2023 constou o seguinte evento subsequente:

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento da corte, em questões tributárias. A Companhia analisou as decisões individuais transitadas em julgado, e não identificou nenhum processo com valores relevantes a serem registrados nestas demonstrações financeiras em que tenha havido modificação do entendimento pelo Supremo Tribunal Federal posteriormente, em controle de constitucionalidade.

2.7 Destinação de resultados

	2022
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>De acordo com as previsões contidas no Estatuto Social da Companhia e na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("<u>Lei das Sociedades por Ações</u>"), no mínimo, 5% do lucro líquido do exercício social deverá ser destinado obrigatoriamente para a reserva legal até atingir o montante equivalente a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. A Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos casos, forma e limites legais.</p> <p>O saldo remanescente dos lucros, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta orçamentária previamente aprovada pelo Conselho de Administração. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos aos acionistas.</p>
a.i. Valores das retenções de lucros	Não houve retenção de lucro no período dado que a Companhia apresentou prejuízo líquido no exercício. O prejuízo líquido de R\$ 18,7 milhões foi absorvido pela reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos e Expansão".
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não houve retenção de lucros.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Ressalvada a destinação obrigatória acima, o Estatuto Social da Companhia prevê que os acionistas poderão deliberar, em assembleia geral, sobre a destinação do saldo ou da totalidade, conforme o caso, dos dividendos.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio: (i) à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; (ii) ao valor do dividendo obrigatório, se houver; e (iii) à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
d. Restrições à distribuição de dividendos	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
e. Política de destinação de resultados formalmente aprovada	Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.10 Planos de negócios

(a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nosso gasto de capital (CAPEX) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 73,7 milhões. Este montante incluiu, principalmente, os gastos de capital relacionados (i) à expansão geográfica, incluindo a inauguração de 64 novas lojas (R\$ 25,5 milhões); (ii) às reformas e revitalizações de lojas, totalizando 28 lojas reformadas, incluindo lojas transformadas para os formatos "Mais Construção I", "Mais Construção II" e "Mais Construção III", e também projetos de melhoria operacional (R\$ 11,0 milhões); (iii) aos investimentos em logística e centros de distribuição, tecnologia da informação e outros (R\$ 37,2 milhões).

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamento dos nossos investimentos realizados nos últimos exercícios sociais foram (i) fluxo de caixa gerado por nossas atividades operacionais; (ii) linhas de crédito com os principais bancos (endividamento bancário); e (iii) recursos advindos da oferta pública inicial de ações da Companhia. Além disso, a Companhia pode avaliar a possibilidade de contrair financiamento através de acesso ao mercado de capitais, caso julgue necessário.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia informa que não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição já divulgada de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia. Cabe ressaltar que, conforme mencionado no item 1 do Formulário de Referência, nosso modelo de negócio consiste em operar nossas lojas em imóveis alugados, e não por meio da sua aquisição

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia tem em seu plano de negócios a finalização das obras e operacionalização de 6 usinas fotovoltaicas com potência nominal instalada total de 6 kWac. Elas estão localizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e permitirão à Companhia garantir energia limpa para a maioria das suas lojas.

Adicionalmente, a Companhia conta em seu plano de negócios com um investimento contínuo em programas de treinamento e capacitação dos seus colaboradores, possibilitando a ascensão social. Em 2022, como resultado desses investimentos, mais de mil promoções internas ocorreram durante o ano.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outros fatores que a Companhia julgue relevante em relação ao item 2 que não tenham sido divulgadas nos demais itens do Formulário de Referência.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), com o objetivo de controlar e mitigar riscos financeiros, operacionais, estratégicos e de *compliance*. A última versão da Política de Gerenciamento de Riscos foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de dezembro de 2020.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo da Política de Gerenciamento de Riscos é estabelecer e divulgar os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos da Companhia, permitindo a identificação, avaliação, priorização, tratamento, monitoramento e comunicação e razoável redução do grau de incerteza no alcance dos objetivos e preservação do valor da Companhia.

Além disso, a Política de Gerenciamento de Riscos adota as seguintes diretrizes para mitigar todas as incertezas a que está exposta e lhe que possam impactar negativamente: (i) fortalecer a filosofia de gerenciamento de riscos como parte da cultura empresarial da Companhia, sua missão, visão e valores; (ii) adequar o planejamento estratégico da Companhia e a tratativa dos riscos a ele associados ao perfil de risco estabelecido pelo Conselho de Administração; (iii) gerenciar, de forma proativa e abrangente, os riscos associados aos processos de negócio, de gestão e de suporte mantendo-os em um nível de exposição alinhado com o perfil de risco da Companhia; (iv) empreender ações de gerenciamento de risco de forma a otimizá-lo de modo eficaz, eficiente, econômico e efetivo; (v) garantir a autonomia no processo de gerenciamento dos riscos e a segregação de funções entre os tomadores de riscos, os responsáveis pela implantação de controles para mitigação dos riscos e os responsáveis pelo seu monitoramento; (vi) prezar pela transparência e prestação de contas a todas as partes interessadas da Companhia sobre os principais riscos e suas iniciativas para endereçá-los.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia procura obter proteção para os diversos riscos identificados nos itens 4.1 e 4.3 deste Formulário de Referência que possam oferecer impactos negativos aos objetivos traçados pela administração da Companhia. Dessa forma, a Companhia busca proteção aos principais grupos de risco aos quais está exposta, quais sejam: (a) Estratégico: riscos que podem impedir ou afetar o atingimento das decisões estratégicas da Companhia para os objetivos do seu negócio e definidas em seu planejamento estratégico, incluindo, mas não se limitando, ao risco político; (b) Financeiros: riscos que podem implicar em perdas financeiras, decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico e nas tendências de mercado, refletidos no comportamento das taxas de juros, do câmbio, da inflação, do emprego, da renda, do endividamento, da escolha dos investimentos financeiros, dos preços das ações, dentre outros; (c) Operacionais: riscos que podem implicar em perdas financeiras e danos de imagem, decorrentes de desvios operacionais relacionados aos controles internos, processos, sistemas de informação, gerenciamento de recursos, meio ambiente, fraudes, dentre outros; (d) Compliance: riscos relacionados às sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de leis, regulamentos, da ética e conduta e das políticas internas.

Para tanto, a Companhia possui uma Matriz de Riscos que compreende seus principais riscos corporativos, baseados na sua probabilidade de ocorrência e na magnitude do seu impacto nos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

negócios da Companhia. Dentre esses riscos, destacamos alguns que foram considerados de maior probabilidade: (i) falha na compra e negociações de produtos com o fornecedor; (ii) falha na entrega do produto por parte do fornecedor; (iii) aumento de custos de transportes para valores impraticáveis; (iv) perda de conhecimento e/ou stakeholders chave; (v) excesso dos produtos nos Centros de Distribuição; (vi) ruptura de estoque; (vii) abertura de cadastros falsos (contas novas ou renovações); (viii) transações suspeitas/realizadas por fraudadores; (ix) falhas na proteção e na segurança de dados sensíveis relacionados tanto às credenciais dos usuários finais quanto a outras informações trocadas com o objetivo de efetuar transações de pagamento; (x) perdas decorrentes de falhas no sistema de tecnologia da informação; e (xi) falhas decorrentes do aumento de incidência de vírus e ataques em sistemas.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Visando promover a proteção contra os riscos inerentes às atividades da Companhia, a Política de Gerenciamento de Riscos dispõe que a Companhia deverá adotar uma Matriz de Riscos, a qual visa a classificar referidos riscos corporativos, considerando as dimensões de impacto e probabilidade de ocorrência para fins de priorização e gestão, para os quais foram delimitados indicadores de risco e performance para o seu monitoramento.

Referidos indicadores são revisados periodicamente, pelo Conselho de Administração, o qual adota as devidas providências sempre que se apresentam sinais de ameaça à estratégia e aos negócios da Companhia. Vale ressaltar que a Matriz de Riscos é revisada periodicamente pelo Conselho de Administração, ou a qualquer momento, considerando as circunstâncias e a mudança na sua magnitude de impacto e seu cumprimento é periodicamente monitorado pela Diretoria, pelo Comitê de Auditoria, pela Auditoria Interna, pela área de Controles Internos e *Compliance*, pelos Gestores das áreas de negócios e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Para os riscos classificados como de probabilidade alta, são exemplos de algumas das medidas mitigadoras adotadas pela Companhia: (i) análise de relatórios de estoque e projeção de vendas, garantindo o correto volume de compra; (ii) padronização no processo de escolha de fornecedores; (iii) análise de relatórios de margem de precificação aderente em relação a demais players do mercado; (iv) revisão periódica de contrato com fornecedores, garantindo que exista cláusula prevendo a responsabilidade de entrega do fornecedor; (v) distribuição do portfólio de fornecedores, evitando concentração; (vi) análise de relatórios de número de fornecedores para um mesmo produto; (vii) estudo de internalização dos serviços de transporte por meio de aquisição e operação de frota própria, tempo necessário e impactos econômicos; (viii) formação de novos líderes e estabelecimento de processos operacionais padrão; (ix) relatórios de acompanhamento de vendas e nível de estoques; (x) cálculo de projeções de vendas nas promoções; (xi) sistema Fraudviewer (alertas preventivos por perfis e características de regras cadastradas) com a verificação da qualidade veracidade/ investigação e análise das informações de cadastro e dos documentos apresentados e digitalizados; (xii) alimentação e acompanhamento de indicadores; (xiii) auditoria cadastral - confrontos de dados da Proposta de Adesão, CPF, comprovantes de renda e residência com o Sistema Safe-Doc (assinaturas, validade e qualidade de documentos e livre de rasuras, comprometimento de renda, digitalização conforme a captura - padrão original, letras e alinhamento, formatação e de acordo com às constantes do Sistema); (xiv) monitoramento do uso da internet em todos os computadores e dispositivos móveis conectados à rede corporativa; (xv) utilização de regras de controle de autenticação de usuários (quantidade e

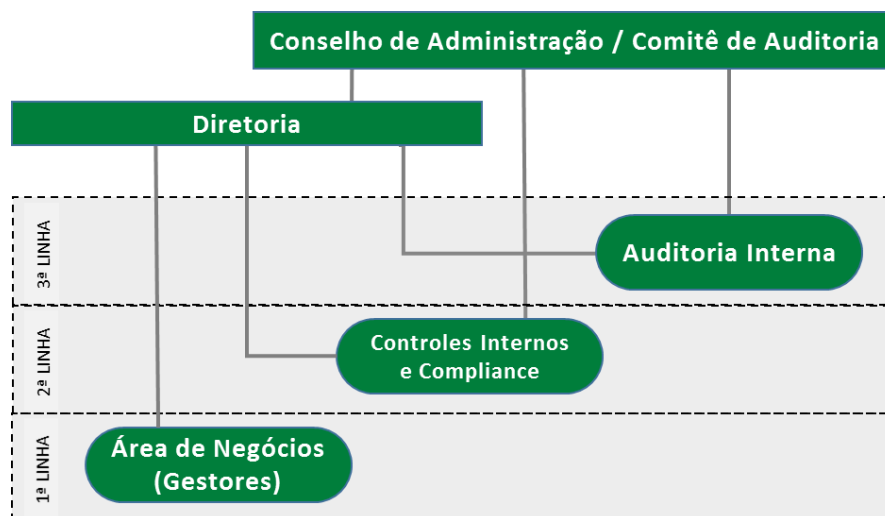
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

complexidade de senhas, periodicidade); (xvi) controle de acessos internos e externos dos serviços WEB; (xvii) políticas, procedimentos, controles, indicadores, e monitoramento para segurança das instalações físicas da empresa e de terceiros; (xviii) orientação de utilização, proteção contra vírus em micros domésticos, arquivos transportados ou transmitidos e aqueles que dispõem de equipamento fixo ou móvel; (xvix) monitoramento das transações para identificação e correção das falhas; (xx) monitoramento dos ativos e da comunicação com as ações de correção internas e com terceiros; (xxi) monitoramento dos Níveis de Serviços de Terceiros; e (xxii) melhoria contínua dos processos, operações, atividades e negócios com a implementação de ações preventivas.

(iii) a Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos.

A Política de Gerenciamento de Riscos adotada pela Companhia, define e comunica os papéis e responsabilidade dos principais agentes envolvidos no processo de gestão de riscos, buscando a construção e implantação de um modelo que capture as experiências, percepções e os melhores conjuntos de informações disponíveis para a tomada de decisão.

Dessa forma, a Companhia, com base nas melhores práticas de mercado em gestão de riscos realiza a gestão dos riscos inerentes às suas atividades por meio do Conselho de Administração, Diretoria, área de Controles Internos e *Compliance*, Gestores das áreas de negócios, Comitê de Auditoria, e Auditoria Interna, que devem observar suas competências, permitindo o cumprimento adequado de suas responsabilidades no processo, fortalecendo os níveis de governança corporativa, conforme observado no fluxo e descrição abaixo:



Compete ao **Conselho de Administração** da Companhia:

- A.** estabelecer as estratégias e diretrizes de risco para a Companhia;
- B.** definir a metodologia corporativa de gestão de riscos pautada em uma visão integrada e sistêmica, que possibilita um ambiente de contínuo monitoramento dos riscos nos mais diversos níveis hierárquicos da Companhia;
- C.** monitorar a efetividade da estrutura e do processo de gerenciamento de riscos da Companhia;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- D.** aprovar as políticas e procedimentos relacionados ao gerenciamento de riscos;
- E.** aprovar todas as informações apresentadas ao mercado relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos, suas atividades e resultados apurados;
- F.** assegurar o cumprimento das diretrizes de riscos estabelecidas pela Companhia;
- G.** revisar periodicamente a Matriz de Riscos e os respectivos indicadores de performance (KPI) e indicadores de riscos (KRI) existentes para o monitoramento da mitigação destes riscos;
- H.** assegurar autonomia operacional ao Comitê de Auditoria, aprovando orçamento próprio destinado a cobrir despesas com seu funcionamento; e
- I.** receber, por meio do Comitê de Auditoria, o reporte das atividades da Auditoria Interna e da área de Controles Internos e Compliance, avaliando, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento destas são suficientes ao desempenho de suas funções.

Compete à **Diretoria**, como órgão colegiado da Companhia:

- A.** implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração, respeitando e fazendo todos os demais profissionais respeitarem as suas definições;
- B.** supervisionar o processo de gerenciamento de riscos;
- C.** elaborar uma Matriz de Riscos abrangendo os principais riscos corporativos, baseados na sua probabilidade de ocorrência e a magnitude do seu impacto; os controles internos ou endereçamentos existentes ou necessários para mitigá-los e os indicadores de performance (KPI) e os indicadores de riscos (KRI) para o seu monitoramento;
- D.** acompanhar os indicadores de performance (KPI) e os indicadores de riscos (KRI) estabelecidos com base na Matriz de Riscos e realizando as devidas ações ou medidas corretivas que forem necessárias;
- E.** definir, em conjunto com a área de Controles Internos e *Compliance*, os planos de ação para a mitigação dos riscos; e
- F.** consolidar e comunicar os riscos da Companhia ao Conselho de Administração.

Compete à **área de Controles Internos e Compliance**, estrutura autônoma que se reporta ao Comitê de Auditoria:

- A.** administrar, implementar e monitorar o sistema de gerenciamento de riscos;
- B.** fornecer informações precisas, íntegras e suficientes sobre o gerenciamento de riscos;
- C.** fornecer apoio às áreas de negócios no que tange o processo de gerenciamento de riscos;
- D.** avaliar os riscos identificados pelos Gestores das áreas de negócios da Companhia; e
- E.** propor limites para exposição aos riscos e sugerir, avaliar e monitorar as ações com objetivo de reduzir a exposição a riscos.

Compete aos **Gestores** das áreas de negócios da Companhia:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- A.** identificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de negócios;
- B.** comunicar os riscos identificados, tempestivamente, à área de Controles Internos e *Compliance*;
- C.** assegurar a operacionalização do gerenciamento de riscos, implementando ações preventivas e corretivas aos riscos identificados em suas áreas de negócios; e
- D.** desenvolver processos e procedimentos, treinamentos e formas de comunicação que permitam a disseminação de forma consistente, do gerenciamento de riscos na Companhia.

Compete ao **Comitê de Auditoria** da Companhia:

- A.** fornecer ao Conselho de Administração avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a qualidade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia;
- B.** avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; e
- C.** acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da área de Controles Internos e *Compliance* e reportar suas atividades ao Conselho de Administração, que avaliará, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento destas são suficientes ao desempenho de suas funções.

Compete à **Auditoria Interna**, estrutura autônoma que reporta os assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos ao Comitê de Auditoria da Companhia:

- A.** aferir a qualidade e efetividade do processo de gerenciamento dos riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia de forma independente, imparcial e tempestiva.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Com base nas informações descritas nesta seção 5.1, a Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos é adequada.

O Comitê de Auditoria é responsável por avaliar e monitorar a qualidade e a efetividade da política de gerenciamento de riscos da Companhia.

A Área de Auditoria Interna monitora a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos riscos e de governança da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia entende que a área de Auditoria Interna possui estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções.

5.2 Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o aprimoramento de seus controles internos, que têm o objetivo de fornecer garantia razoável quanto à confiabilidade das informações financeiras e à preparação das demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas de mercado adotadas no Brasil e com as IFRS publicadas pela IASB. Todos os controles internos, por melhor que sejam preparados, têm limitações inerentes. Assim, mesmo os sistemas avaliados como eficazes podem não impedir ou detectar informações incorretas.

A Companhia adota rotinas de conciliações diárias, processos mensais de fechamento contábil, bem como elabora cronogramas e disponibiliza documentação ao Comitê de Auditoria e à auditoria externa.

Os departamentos internos da Companhia também mantêm contato entre si para levantamento de informações.

As demonstrações financeiras da Companhia são auditadas anualmente.

A Companhia entende que os controles internos adotados são eficazes no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e garantem a confiabilidade e precisão das informações constantes de suas demonstrações financeiras.

Os controles internos da Companhia são utilizados na avaliação e no monitoramento de operações da companhia. A avaliação dos controles prevê a identificação e correção tempestiva das deficiências de controles internos. Neste sentido a Companhia realiza as seguintes atividades:

- Revisão de processos e controles;
- Verificação de consistência dos lançamentos contábeis por meio de conciliações;
- Revisão analítica das demonstrações financeiras;
- Monitoramento regulatório; e
- Verificação comparativa entre orçado versus realizado por todas as áreas.

Os resultados das avaliações, que incluem os planos de ação, responsáveis e datas de cumprimento, são encaminhados e discutidos com cada um dos responsáveis. Os resultados das avaliações são fontes para a atualização da Matriz de Riscos. Portanto, os apontamentos decorrentes do resultado dos trabalhos das auditorias interna e externa, dos órgãos reguladores, bem como da avaliação de riscos e do monitoramento regulatório devem ser validados pelas áreas de negócio, as quais devem implementar plano de ação para tratamento do risco.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

O departamento de contabilidade da Companhia elabora as demonstrações financeiras de acordo com as práticas mencionadas no item 5.3(a) acima, e o Comitê de Auditoria realiza sua revisão.

Vale ressaltar que compete ao Comitê de Auditoria da Companhia realizar supervisão em relação às auditorias externa e interna, bem como às informações financeiras.

A área de Controles Internos e *Compliance* é responsável pelos métodos utilizados na avaliação e no monitoramento do sistema de controles internos da Companhia.

Ademais, os departamentos de Controladoria, Planejamento Financeiro, Jurídico e Financeiro da

5.2 Descrição dos controles internos

Companhia têm o papel de levantar informações de suas respectivas competências que não possam ser extraídas diretamente dos sistemas contábeis da Companhia, mas que são necessárias para a elaboração das demonstrações financeiras.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A supervisão da eficiência dos controles internos é realizada pelo Conselho de Administração da Companhia por meio do Comitê de Auditoria. Além disso, a área de Controles Internos e *compliance* da Companhia tem, sob a supervisão do Comitê de Auditoria, como uma de suas atribuições, o dever de supervisionar o programa interno de *compliance*. Internamente, a área de auditoria interna e a área de Controladoria também atuam com o objetivo de supervisionar a eficiência dos controles internos. Além disso, a área de Controles Internos e *Compliance* realiza avaliação dos controles internos e elabora relatório, no mínimo semestralmente, relatando o acompanhamento sistemático das atividades relacionadas com o sistema de controles internos, de identificação e correção tempestiva das deficiências apontadas.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O Auditor Independente conduziu um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Como resultado dessa avaliação, não foram apontadas deficiências significativas.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração tomou ciência do relatório circunstanciado do Auditor Independente sobre as deficiências nos controles internos identificadas durante o processo de auditoria da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, destacando que os pontos reportados foram abordados com melhorias implementadas pela Companhia, e que continuará adotando medidas para o constante aprimoramento dos controles internos e sistemas informatizados da Companhia. Os Diretores da Companhia entendem que as deficiências reportadas no relatório circunstanciado do Auditor Independente não tiveram impacto na precisão dos dados e na confiabilidade da elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia, haja vista não terem sido identificadas deficiências significativas.

5.3 Programa de integridade

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia possui políticas e procedimentos destinados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, que integram o seu programa de integridade. A Companhia estruturou e formalizou todas as suas boas práticas em políticas e procedimentos de integridade, em consonância com o seu propósito e os seus valores. Essas políticas e procedimentos de integridade reúnem um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção.

Com esse intuito, as políticas e procedimentos consolidam e reforçam as regras e diretrizes gerais da Companhia, como, por exemplo, o Código de Conduta e Ética, políticas e ações conduzidas por diversas áreas funcionais da estrutura organizacional da empresa, em consonância com as suas respectivas atribuições, para pautar a conduta das lideranças, funcionários, parceiros e terceiros, evidenciando o compromisso da Companhia com a disseminação da cultura de honestidade e boas práticas de gestão e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético.

Os principais objetivos das políticas e procedimentos de integridade são: (i) promover a cultura de ética e conformidade; (ii) consolidar todas as iniciativas de conformidade, em especial as anticorrupção; (iii) implantar as melhores práticas de acordo com os mais altos padrões éticos; (iv) assegurar que as políticas e os procedimentos de cada área estejam devidamente formalizados e sejam observados pelos funcionários; (v) estabelecer a cultura de gestão de riscos a fim de mitigá-los por meio da prevenção; (vi) buscar a melhoria contínua com base na análise, avaliação e desenvolvimento regular do programa e do ambiente normativo aplicável; e (vii) promover a transparência.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e práticas são adaptadas

A. Código, Política, Manual e Regimento de Integridade

Código de Conduta e Ética: O Código de Conduta e Ética tem por objetivo promover condutas honestas, éticas e lícitas por todos os conselheiros, diretores e empregados da Companhia, suas subsidiárias e entidades controladas, os quais assinam, no início de suas atividades, uma declaração em que atestam o cumprimento das disposições contidas no Código de Conduta e Ética. Neste sentido, o documento endereça diretrizes e regras relativas ao cumprimento de leis, normas e regulamentos, conflitos de interesses, brindes e gratificações, doações políticas, informações confidenciais, proibição de suborno e corrupção, práticas contábeis, livros e registros, violações ao Código, medidas disciplinares, Canal de Denúncias, dentre outros assuntos.

Política Anticorrupção: A Política Anticorrupção da Companhia é aplicável à Companhia, suas subsidiárias e controladas, bem como aos seus respectivos conselheiros, diretores, empregados, agentes prestadores de serviço, contratados, consultores, parceiros em *joint*

5.3 Programa de integridade

venture e outras pessoas que atuem em seu nome ou benefício. Referida Política tem por objetivo proibir terminantemente a participação em ou tolerância ao suborno ou qualquer outra forma de corrupção e endereça diretrizes e regras relativas à contabilidade e escrituração, presentes, entretenimento e hospitalidade, viagens, contratação de representantes, consultores e terceiros, pagamentos facilitadores e em resposta a ameaças, contribuições de caridade, doações políticas, dentre outros assuntos. A Política é revisada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia.

B. Mecanismos e Procedimentos de Integridade

- **Comitê de Auditoria:** A Companhia conta com um Comitê de Auditoria, cuja principal função consiste em auxiliar o Conselho de Administração no cumprimento de seus deveres de supervisão. O Comitê de Auditoria conta com regimento próprio formalizado, trazendo as principais informações relacionadas aos seus membros, reuniões e responsabilidades. Para maiores detalhes sobre as atividades do Comitê de Auditoria, vide item 5.3 "a""ii" deste Formulário de Referência.
- **Auditoria Interna:** A Companhia possui uma área de Auditoria Interna, responsável pelo acompanhamento efetivo dos processos e controles internos. Seu principal papel é disponibilizar aos administradores da Companhia informações que os auxiliem a controlar as operações e atividades pelas quais são responsáveis. Para maiores detalhes sobre as atividades da área de Auditoria Interna, vide item 5.3 "a""ii" deste Formulário de Referência.
- **Comitê de Ética:** A Companhia conta com um Comitê de Ética, órgão não estatutário e permanente composto por 7 membros nomeados pela Diretoria com poderes deliberativos. O comitê tem por objetivo assegurar, no âmbito da Companhia, a conformidade de processos, procedimentos e o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Código de Conduta e Ética da Lojas Quero-Quero S.A. e suas políticas complementares (Política de Apuração de Notificações e Política de Consequências), garantindo um ambiente íntegro e a preservação do ativo reputacional da Companhia.
- **Canal de Denúncias:** A Companhia possui um Canal de Denúncias aberto ao público interno e externo, que garante o anonimato e o endereçamento de todas as denúncias recebidas. Este canal pode ser acessado por meio de um formulário no site (<https://contatoseguro.com.br/pt/lojasqueroquero>), aplicativo ou por atendimento no telefone (0800 517 1242) por equipe especializada, a fim de proporcionar a maior facilidade possível para os denunciantes. A Companhia possui um protocolo para o tratamento das denúncias recepcionadas, a fim de que sejam apuradas com equidade e transparência. Caso sejam identificados problemas, as medidas cabíveis serão tomadas para corrigi-los e prevenir que ocorram novamente.
- **Ouvidoria VerdeCard:** A Companhia possui uma Ouvidoria, por meio da qual todos os seus colaboradores, fornecedores, clientes e público externo podem se manifestar, com elogios, denúncias, sugestões ou reclamações, de maneira confidencial, anônima (se desejado) e sem retaliação. A Ouvidoria possui duas plataformas que podem ser utilizadas para envio do relato seja por e-mail (ouvidoria@verdecards.com.br) ou por telefone (0800 642 2273).

5.3 Programa de integridade

- **Disseminação da Cultura e Treinamentos:** Todos os conselheiros, diretores e colaboradores do grupo da Companhia têm acesso ao Código de Conduta e Ética e à Política Anticorrupção no portal digital da Companhia, bem como são orientados a realizar os treinamentos obrigatórios da Companhia os quais atestam terem participado do treinamento, entendido através da realização de provas conceituais.

(ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A área de Controles Internos e *Compliance* da Companhia e de todas as suas subsidiárias é responsável por: (i) elaborar e rever o Código de Conduta e Ética e a Política Anticorrupção; (ii) periodicamente, verificar a proporção de colaboradores que concluíram o treinamento sobre o tema; (iii) garantir que quaisquer reportes recebidos por meio do Canal de Denúncias sejam endereçados aos responsáveis e que as medidas cabíveis sejam tomadas em conjunto com o Comitê de Ética; (iv) verificar se as contratações pontuais de auditores não geram conflitos de interesses com a auditoria contábil, de modo a garantir a independência dos auditores da Companhia; (v) garantir o arquivamento das atas de reuniões do Conselho de Administração da Companhia.

Além disso, o Comitê de Auditoria da Companhia, que conta com Regimento próprio, é diretamente subordinado ao Conselho de Administração, e auxilia referido órgão no cumprimento de seus deveres de supervisionar a administração da Companhia (incluindo, em todos os casos, conforme apropriado, suas subsidiárias) em relação: (i) à conduta e integridade das informações financeiras externas da Companhia e de suas subsidiárias; (ii) aos sistemas de controle interno sobre informações financeiras e controles e procedimentos de divulgação da Companhia e de suas subsidiárias; (iii) às qualificações, contratação, remuneração, independência e desempenho dos auditores independentes da Companhia e de suas subsidiárias (incluindo a condução da auditoria anual das demonstrações financeiras da Companhia e de suas subsidiárias, bem como a contratação para prestação de outros serviços); (iv) ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias da Companhia e de suas subsidiárias; e (v) à aplicação dos códigos e políticas de conduta e ética da Companhia e de suas subsidiárias.

O Comitê de Auditoria da Companhia possui os seguintes mecanismos para buscar garantir a independência de seus membros: (i) ao desempenhar seu papel, o Comitê de Auditoria tem poderes para, mediante solicitação por escrito enviada com antecedência de 5 (cinco) dias ao Conselho de Administração, investigar qualquer questão devidamente adequada para o cumprimento de suas responsabilidades, tendo acesso a todos os livros, registros, instalações e funcionários da Companhia e de suas subsidiárias para a condução de suas atividades; e (ii) mediante aprovação do Conselho de Administração, a Companhia e/ou suas subsidiárias devem providenciar recursos razoáveis para auxiliar as atividades do Comitê de Auditoria, incluindo remuneração dos advogados, auditores e outros assessores contratados.

Ademais, a Companhia conta com uma área de Auditoria Interna, responsável pelo acompanhamento efetivo dos processos e controles internos. A área de Auditoria Interna se reporta ao Comitê de Auditoria e realiza auditorias internas e solicita a elaboração dos planos de ação para correção de eventuais não conformidades identificadas. O gerente de auditoria deve informar a alta administração da Companhia

5.3 Programa de integridade

mensalmente sobre casos identificados durante as auditorias que envolvam possíveis irregularidades/ilegalidades.

Por fim, a Companhia conta, ainda, com o Comitê de Ética, o qual é responsável por: (i) revisar as denúncias de infrações e violações ao Código de Conduta e Ética; (ii) acompanhar a realização de investigações e determinar a adoção de medidas necessárias, conforme definido na Política de Consequências; (iii) assegurar que as infrações e violações sejam seguidas de ações disciplinares aplicáveis, independentemente do nível hierárquico, sem prejuízo das penalidades legais cabíveis; (iv) assegurar a conformidade de rotinas, práticas e procedimentos com as políticas, regras, regulamentos e leis aplicáveis; (v) apreciar os relatórios emitidos pela Auditoria Interna e pela Auditoria Externa, quando for o caso, e os relatórios de acompanhamento do Canal de Denúncias; (vi) acompanhar a efetividade e eficácia das atividades e ações relacionadas a ética e conduta nas Lojas Quero-Quero; (vii) submeter trimestralmente ao Comitê de Auditoria as atas das reuniões do Comitê com seus resultados e informações relativos aos temas; (viii) assegurar que o Comitê de Auditoria esteja ciente dos assuntos que possam causar impacto significativo à imagem das Lojas Quero-Quero; e (ix) deliberar sobre a contratação de serviços especializados.

O Comitê de Ética obedece a normativos internos e se reporta à Diretoria e, em caso de recebimento de denúncia em desfavor de (i) membro do próprio Comitê, este membro não receberá o relato, não terá acesso ao sistema, responsabilidade no fluxo de apuração e conhecimento sobre quaisquer relatos que o mencione, sendo a denúncia encaminhada diretamente à Diretoria; ou (ii) membro da Diretoria, a denúncia será encaminhada diretamente ao Comitê de Auditoria.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando

Conforme descrição constante do item 5.3(a)(i) acima, a Companhia possui um Código de Conduta e Ética, cuja última versão foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de dezembro de 2020. O Código de Conduta e Ética define os princípios e valores da nossa Companhia, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de nossos colaboradores nas suas relações internas e com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, com a comunidade e com órgãos públicos em geral.

O inteiro teor do Código de Conduta e Ética pode ser acessado no site de relações com investidores da Companhia (www.queroquero.com.br/ri) e na plataforma empresas NET da CVM (www.cvm.gov.br).

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Conduta e Ética se aplica a todos os conselheiros, diretores, empregados da Companhia, suas subsidiárias e entidades controladas, bem como aos profissionais autônomos, consultores, prepostos e representantes comerciais que atuam em nome da Companhia.

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

A Companhia mantém um plano para realizar treinamentos periódicos anuais em relação ao seu Código de Conduta e Ética, bem como demais políticas relacionadas a todos seus empregados, diretores e

5.3 Programa de integridade

conselheiros. Os administrados e colaboradores da Companhia devem aderir formalmente ao Código de Conduta e Ética e à Política Anticorrupção no momento inicial de sua contratação e reler o Código de Conduta e Ética anualmente como forma de reciclagem.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Conduta e Ética da Companhia estabelece que violações às suas normas poderão resultar, dentre outras ações, (i) em suspensão das obrigações profissionais, (ii) diminuição das responsabilidades ou rebaixamento de função, e (iii) rescisão do contrato de trabalho ou destituição de cargo na administração.

Além disso, o descumprimento do Código de Conduta e Ética da Companhia, políticas e procedimentos, bem como das leis federais, estaduais, locais e de quaisquer leis estrangeiras aplicáveis pode resultar na rescisão do contrato de trabalho ou destituição do cargo na Diretoria ou no Conselho, sem prejuízo da possibilidade de comunicação às autoridades públicas.

Ademais, a Política Anticorrupção também prevê que os conselheiros, diretores e colaboradores do grupo da Companhia que não cumprirem suas disposições ou as disposições das leis anticorrupção vigentes estarão sujeitos a medidas disciplinares, inclusive demissão.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A última versão do Código de Conduta e Ética da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 17 de dezembro de 2020. O documento pode ser consultado na plataforma empresas NET da CVM (<https://www.rad.cvm.gov.br/ENET>) e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.queroquero.com.br/ri).

Ademais, vale ressaltar que a Declaração de Conformidade com o Código de Conduta e Ética e com a Política Anticorrupção foi assinada por todos Diretores, Conselheiros e colaboradores da Companhia.

- (b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A Companhia possui um canal de denúncias, por meio do qual todos os colaboradores e o público externo da Companhia podem reportar dúvidas, suspeitas ou violações ao Código de Conduta e Ética, às demais políticas da Companhia, incluindo a Política Anticorrupção, e/ou à legislação vigente de maneira confidencial, anônima (se desejado) e sem retaliação.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Denúncias é administrado por terceiro independente, a quem cabe receber as denúncias e transmiti-las às instâncias de controle da Companhia.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncias da Companhia é aberto ao recebimento de denúncias dos colaboradores da Companhia e de terceiros, e pode ser acessado tanto pelo site "Canal de Denúncias", quanto por aplicativo no celular, ou por telefone (0800-517-1242), com atendimento 24 horas por dia e 7 dias da semana. As denúncias realizadas na plataforma e os relatórios de acompanhamento do Canal de

5.3 Programa de integridade

Denúncias são de responsabilidade da área de controles internos e são revisadas pelo Comitê de Ética com base nas disposições do Código de Conduta e Ética da Companhia, visando garantir um tratamento isonômico entre os denunciantes.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Canal de Denúncias aceita denúncias anônimas e a Companhia garante anonimato ao denunciante, se assim ele o desejar, bem como a confidencialidade das informações recebidas por meio do Canal de Denúncias. Ademais, o Código de Conduta e Ética garante explicitamente que não poderá ser praticada, direta ou indiretamente, qualquer retaliação contra denunciantes de boa-fé.

Em linha com o princípio de confidencialidade, o recebimento de denúncias é feito por terceiro independente, ao qual compete: analisar, categorizar, classificar e direcionar denúncias para apuração de forma que o denunciante não seja identificável. Qualquer pessoa envolvida no processo de apuração se compromete a manter a confidencialidade de todos os relatos recebidos, através de assinatura do Termo de Confidencialidade.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Área de Controles Internos e Compliance da Companhia tem como uma de suas atribuições garantir que quaisquer reportes recebidos por meio do Canal de Denúncias sejam endereçados aos setores responsáveis da Companhia e que as medidas cabíveis sejam tomadas. As denúncias são revisadas pelo Comitê de Ética com base nas disposições do Código de Conduta e Ética da Companhia. Além disso, a área de Controles Internos e Compliance reporta ao Comitê de Auditoria o conteúdo e tratamento dado a cada uma das denúncias.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não há casos confirmados de fraudes, irregularidades e/ou atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.4 Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia, tampouco alterações na Política de Gerenciamento de Riscos, no último exercício social.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação à seção 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.